

AD VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 127

Impresso
Especial

0334/2001-DR/RS
ADUFRGS

CORREIOS

UFRGS

Proporcionalidade polemiza eleição para reitor

Sem peso de voto pré-definido gerou-se um impasse que divide a comunidade universitária. Uns defendem o cumprimento da lei e outros um possível acordo entre técnicos, docentes e alunos. Em um momento que promete profundas mudanças na estrutura da Universidade Pública brasileira, a escolha do novo reitor torna-se ainda mais importante, assim como os desafios que terá pela frente. Questões polêmicas como cotas para minorias, "estatização" de vagas privadas e "privatização" do ensino superior público estão em disputa.

Páginas 6 à 9

ANDES-SN

Com uma pequena margem de votos, venceu a Chapa 3, que dará continuidade a atual política sindical. As federais deram vitória à chapa da oposição, mas as estaduais paulistas fizeram a diferença.

Página 5

ENTREVISTA

Há saídas para a crise brasileira, mas para encontrá-las o governo precisa adotar uma política econômica alternativa. Quem garante é o economista e professor da Ufrgs, Fernando Ferrari, um dos autores do projeto apresentado ao governo federal em 2003.

Página 12



CARTA ABERTA À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

“O risco de perdermos todos no impasse”

O processo de consulta à comunidade universitária, tal como normatizado no Assento Eleitoral lavrado pelo CONSUN para a consulta para Reitor, poderá gerar um impasse no ordenamento da lista tríplice exigida pela Lei nº 9192/95 e pelo Decreto nº 1916/96, em decorrência da mera hipótese de cada segmento da comunidade manifestar-se por ponderações diferenciadas dos votos obtidos na consulta. A responsabilidade maior de evitar a desmoralização do processo de consulta – e do valor democrático e acadêmico que encerra – é da própria comunidade, e em instância institucional cabe ao CONSUN preservar a consulta e fazê-la expressar uma decisão de fato.

Exercício de responsabilidade e democracia é construir desde já um acordo. Se cada liderança de segmento desejar impor sua proporcionalidade e cada indivíduo sua interpretação, estaremos incoerentemente degradando o processo de consulta e municiando os que não defendem práticas públicas e democráticas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

As omissões de regras de quórum mínimo, de normalização ao quórum de cada segmento e de proporcionalidades definidas entre segmentos gerarão – ao acaso dos números – o grave risco de expor a nossa Universidade pública a ataques e oportunismos daqueles que considerarão a consulta dúbia em seu ordenamento e, pior ainda, não respeitável ou desrespeitada. Todos perderemos, ao ensinar argumentos aos que desejarem no futuro excluir a prática de consultas à comunidade. Arriscamos comprometer valores maiores, em virtude de intransigências, particularismos de lideranças ou pragmatismos legalistas.

A consulta para Reitor, árdua e

histórica conquista das IES públicas, tem muito a avançar para que seja um processo regado com autonomia. É dever ético do CONSUN, dos dirigentes das associações, da comunidade universitária como um todo, excluir – por processo transparente – a mera possibilidade de que a eleição seja desmoralizada e condenada pela falta de regras claras que balizem a decisão a ser tomada pelo CONSUN após a consulta. Neste processo arrisca-se um retrocesso, ao propiciar aos membros do CONSUN – sejam estudantes, técnicos, docentes, representantes da comunidade externa – uma incerta autonomia interpretativa.

A Diretoria da ADUFRGS e os representantes docentes no CONSUN signatários apelam para que a comunidade toda, professores, técnico-administrativos, alunos, celebre um acordo público e transparente na fixação de um percentual que constitua a garantia de uma consulta com resultado claro, a que todos se submetam, especialmente os membros do CONSUN e os candidatos. Um acordo prévio à consulta constitui decisão responsável, cautelosa e imprescindível para preservar o princípio da expressão democrática. Ademais, sabiamente resguardaria a própria Instituição Universitária de conseqüências desagregadoras.

Este acordo representará ato maduro e democrático para superar os constrangimentos legais impostos à autonomia das IES – hoje acossadas por regras e decretos-lei casuísticas na escolha de seus dirigentes. Constrangimentos estes que a administração federal de FHC impôs e o MEC na gestão Lula manteve.

A ADUFRGS busca este acordo e – sobre o resultado deste – fará consulta aos docentes ativos da UFRGS.

Petrobras financia Cultura

A Petrobras vai patrocinar 189 projetos culturais de várias regiões do País entre este e o próximo ano. Desses, 141 foram escolhidos depois de uma seleção pública, da qual participam 3.736 inscritos, e 48 são convidados da empresa. Ao todo, serão investidos R\$ 60 milhões entre projetos musicais, patrimônio – memória das artes e patrimônio imaterial –, produção de cinema e festivais de cinema, fóruns e seminários. Outros R\$ 2 milhões devem ser liberados em julho em mais um processo de seleção de projetos para lançamento de longas-metragens em salas comerciais. O programa Petrobras Cultural foi lançado em novembro do ano passado, acreditando na importância da iniciativa de empresas em fazer parceria com as instituições públicas para viabilizar a produção cultural no País.

A letra de Borges

A 16ª Feira Internacional do Livro Antigo de Paris colocou à venda vários manuscritos do escritor argentino Jorge Luis Borges (1899-1986), entre eles "Pierre Menard, Autor del Quijote", de 11 páginas, cujo preço foi fixado em US\$ 440 mil. Segundo informações dos organizadores, o manuscrito, que é de 1939, pertence ao livreiro americano Lame Duck e provavelmente fazia parte de um conjunto também integrado pelos manuscritos "El Jardín" e "La Biblioteca de Babel". "É um manuscrito limpo, com algumas correções menores e especialmente bem conservado, que integra a obra 'Ficciones', de Borges", disseram os organizadores, justificando o valor elevado da obra. Entre os mais de 20 mil manuscritos que serão vendidos em Paris, estão outros dois textos de autoria de Borges: "Los Mejores Cuentos Policiales", avaliado em US\$ 27 mil (também de propriedade de Lame Duck), e "Historia del Guerrero y la Cautiva", avaliado em US\$ 150 mil pelo livreiro argentino Víctor Aizenman, proprietário da obra.

Abertas as inscrições para Prêmio Açorianos

Estão abertas, até o dia 18 de junho, as inscrições para a 11ª edição do Prêmio Açorianos de Literatura Adulta e Infantil. A premiação acontece em dezembro, na "Noite do Livro". Os interessados devem retirar o Edital do Prêmio junto à Coordenação do Livro e Literatura (Centro Municipal de Cultura – Érico Veríssimo, 307) ou acessar o site www.portoalegre.rs.gov.br/cultura/livroeliteratura. O Prêmio Açorianos de Literatura é promovido pela Prefeitura Municipal de

Porto Alegre, através da Coordenação do Livro e Literatura, da Secretaria Municipal da Cultura, e tem por objetivo incentivar a produção literária e o mercado editorial do Estado. Outras informações pelo telefone: 3221.6622, ramal 219.

Fahrenheit 9/11

O sucesso do documentário "Fahrenheit 9/11", de Michael Moore, no Festival Internacional de Cinema de Cannes, vai refletir na audiência do filme nos Estados Unidos e provavelmente nas eleições presidenciais de 2 de novembro. O longa se cercou de polêmica depois que os estúdios Walt Disney proibiram a Miramax, sua subsidiária, de distribuir o filme, alegando não serem "uma companhia partidária" e, por isso, não querem lançá-lo em "pleno período eleitoral". A recusa da Disney terminou sendo a melhor campanha publicitária do filme. Em Cannes, o cineasta dedicou a obra "às crianças dos Estados Unidos e do Iraque e a todos aqueles que sofrem no mundo por causa das ações dos Estados Unidos". O público presente na cerimônia recebeu o anúncio do prêmio com um sonoro aplauso. "Fahrenheit 9/11" é uma crítica veemente à forma como o governo norte-americano conduziu a investigação sobre os atentados de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos e manipulou a opinião pública para gerar uma onda de medo e obter apoio para seus planos de guerra contra o Iraque.

FME exhibe mais de 1,2 mil pôsteres

Cerca de 1,2 mil pesquisas e relatos de experiências de educadores de vários países serão mostrados durante o 3º Fórum Mundial de Educação (FME), que acontece de 28 a 31 de julho em Porto Alegre. Além de ser um espaço para troca de experiências e informações, os autores contribuirão na construção da Plataforma Mundial de Educação. A exposição dos pôsteres acontecerá no dia 30 de julho, das 14h às 17h. Até o fechamento desta edição, mais de 12 mil pessoas de 31 países já haviam se inscrito para o FME. As inscrições podem ser feitas pela internet através do site www.forummundialdeeducacao.com.br. Os valores variam de R\$ 20 a R\$ 40. Especialistas de peso, como Istvan Mészáros (Inglaterra), Hugo Zelmman (México) e Adolfo Pérez Esquivel (Argentina), já estão confirmados para conferências. Para os cinco debates temáticos, participam alguns educadores brasileiros, como Moacir Gaddoti, Pablo Gentili, Gaudêncio Frigotto, Emir Sader e Miguel Arroyo.

Diretoria

Presidente: Maria Aparecida Castro Livi
1º vice-presidente: Eduardo Rolim de Oliveira
2º vice-presidente: Carlos Alberto Gonçalves
1º secretário: Daniela Marzola Fialho
2º secretário: Elisabete Zardo Búrgio
1º tesoureiro: Alejandro Borche Casalás
2º tesoureiro: Valério De Patta Pillar
1º suplente: Nádyá Pesce da Silveira

CAMPANHA SALARIAL

Professores aguardam acordo para votar greve

Reunidos em assembléia no dia 2 de junho, professores da Ufrgs decidiram protelar a decisão sobre o indicativo de greve, sugerido na última reunião do setor da Ifes. Eles aguardam o resultado das negociações entre Andes-SN e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que se arrasta desde abril.

Até o fechamento desta edição não havia acordo entre docentes e governo e nem a garantia de qualquer reajuste imediato. Conforme informações divulgadas pela diretoria da Andes-SN, o governo estaria acenando com a proposta de criação de uma nova gratificação em substituição a GED/GID, sem avaliação e extensiva aos aposentados. Também poderia propor a incorporação gradativa das gratificações.

No dia 21 de maio, o MPOG comprometeu-se a apresentar dados e simulações sobre a incorporação das gratificações, mas até o dia 25 não o havia feito, o que levou a direção da Andes a solicitar, diretamente ao secretário de Recursos Humanos do MPOG, Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça, a continuidade do processo de negociação salarial.

O processo de negociação

O orçamento de 2004 prevê um montante de recursos da ordem de R\$ 900 milhões, que seria suficiente apenas para um reajuste linear de 2,67% para todos os Servidores Públicos Federais (SPFs). No 23º Congresso, que aconteceu em março, e em reuniões do setor das federais, a Andes-SN definiu uma pauta de reivindicações que compreende um reajuste de 127%, sendo 50,19% imediatos para todos os servidores, além da incorporação das gratificações.

Em abril, o Governo ofereceu uma

proposta de reajuste diferenciado para algumas categorias de servidores, baseado no aumento das gratificações. Para os docentes, isto se daria na forma de aumento na GED/GID, em valores de R\$ 540,00 para docentes com titulação até mestrado, R\$ 849,00 para adjuntos doutores e R\$ 1.003,00 para titulares doutores. Este reajuste teria um impacto orçamentário de R\$ 600 milhões, apenas para os docentes. Vale ressaltar que, para cumprir a lei, também seria concedido reajuste de 0,1% para todos os SPFs.

Esta proposta foi recusada pela Andes no início de maio, que igualmente se definiu pela não apresentação de contraproposta e por um indicativo de greve sem data. Reunidos em assembléia, professores da Ufrgs também rejeitaram a proposta do governo, mas apresentaram contraproposta, baseada na extensão da GED/GID reajustada, como propôs o governo, em seus valores máximos para todos os docentes, ativos e aposentados, incluindo substitutos e celetistas.

A Mesa Setorial de Negociação Permanente, instalada no dia 20 de maio, integra a estrutura da Mesa Nacional de Negociação Permanente e é formada por oito representantes do MEC e dois representantes de cada entidade sindical: Andes, Condsef, Fasubra e Sinasefe. Os servidores do MEC, que somam atualmente 250 mil, representam 30% dos servidores públicos federais.

APEDIDO

MANIFESTAÇÃO DOS PROFESSORES DA UFRGS SOBRE A GREVE E A PROPOSTA DE REAJUSTE DO GOVERNO FEDERAL

O funcionalismo público federal está em campanha salarial. O governo apresentou a várias categorias, inclusive aos docentes das universidades públicas federais, uma proposta de reajuste baseada em alteração de valor de gratificações. Em função dos desdobramentos da campanha salarial, o sindicato nacional dos docentes submeteu às bases um indicativo de greve.

Nós, docentes da UFRGS, reunidos em assembléia de nossa associação, ADUFRGS, votamos contra o indicativo de greve nacional, mas igualmente pela rejeição à proposta de reajuste apresentada pelo Governo. Cabe esclarecer o porquê dessas posições. Fomos contrários ao indicativo de greve proposto nacionalmente porque estaríamos colocando limites em uma negociação que julgamos imprescindível que aconteça. Rejeitamos a proposta do governo porque é um aumento de uma gratificação que, se efetivado, não modificará a defasada malha salarial dos professores das universidades públicas. Para citar apenas alguns dos graves problemas que apresenta essa proposta, é importante destacar que o aumento anunciado não atinge todos os professores. Ele é de 0%, por exemplo, para os professores substitutos, que na UFRGS são 20% e em outras instituições chegam a 50% do total de professores. O aumento também é diferenciado para ativos e aposentados.

O reajuste salarial precisa incluir todos os docentes das universidades públicas federais, preservar a paridade entre ativos e inativos e ser um real aumento de salário, reestabelecendo a isonomia entre docentes de mesmo nível da carreira, titulação e dedicação, e incorporando as atuais gratificações.

Repudiamos a ameaça do governo de não conceder reajuste aos docentes, que fere direitos conquistados e agrava a deterioração salarial sofrida nos últimos dez anos. Esperamos que o governo, em atendimento à lei, comprometa-se com uma negociação que nos permita superar o atual impasse.

Assembléia Geral de docentes da UFRGS em 17 de maio de 2004

Elisabete Zardo Búrigo
2ª Secretária

ADufrgs
Seção Sindical da ANDES-SN
ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UFRGS

* A tabela completa de valores, conforme a categoria e titulação, para docentes dos ensinos superior, médio e fundamental, correspondente à proposta do governo, pode ser encontrada na página eletrônica da Adufrgs (www.adufrgs.org.br).

PREVIDÊNCIA

Juiz nega liminar contra desconto dos aposentados

O Juiz da 3ª Vara Federal de Porto Alegre, Eduardo Vandrê Oliveira Lema Garcia, negou a liminar pleiteada pela Adufrgs para suspender o desconto de previdência nos proventos dos aposentados. O Mandado de Segurança foi ajuizado no final de abril. O juiz contestou os argumentos do sindicato e negou a existência de direito adquirido. A assessoria jurídica da Adufrgs já está trabalhando para entrar com recurso contra a decisão do magistrado.

A liminar havia sido solicitada para garantir o não-desconto até que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgasse as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins) ajuizadas pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). As entidades alegam que estão sendo feridos direitos adquiridos dos servidores inativos e pensionistas, garantidos na reforma

de 1998, que instituiu o caráter contributivo no regime previdenciário.

No final de maio, o julgamento foi suspenso pelo STF, para vista, quando estava 2 a 1 contra a cobrança.

A ministra-relatora Ellen Gracie, primeira a definir o voto, julgou inconstitucional a cobrança, seguida pelo ministro Carlos Ayres Britto, enquanto o ministro Joaquim Barbosa votou pela constitucionalidade da medida. O procurador-geral da Repúbli-

ca, Cláudio Fonteles já se pronunciou a favor da inconstitucionalidade.

De acordo com a Reforma da Previdência aprovada pelo Congresso em 2003, os servidores inativos e pensionistas passam a pagar contribuição de 11% pelo que recebem acima do limite estabelecido por lei, que é de R\$ 1.440 para quem se aposentou antes de vigorar a emenda e R\$ 2,4 mil para quem requisitou a aposentadoria depois.

5º CONED

Educadores formulam proposta para a educação pública

Integrantes do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública estiveram reunidos em Recife, entre os dias 2 e 5 de maio, durante o 5º Congresso Nacional de Educação (Coned), para definir as diretrizes que irão orientar as atividades do Fórum a partir de agora

Sob o tema “Educação não é mercadoria”, educadores de todo o Brasil discutiram por quatro dias questões ligadas à educação pública em todos os níveis. A Reforma Universitária e a eleição para reitores estiveram em pauta, assim como a “compra” de vagas nas universidades privadas.

O encontro se dividiu em quatro eixos: organização da educação nacional, gestão democrática da educação, financiamento da educação e trabalhadores e trabalhadoras da educação. Foram elaborados planos para cada eixo e uma plenária final definiu um plano geral de lutas. Como deveria funcionar o Sistema Nacional de Educação (SNE), a influência dos organismos internacionais, as políticas vigentes de financiamento (Fundef e Fundeb) e como ampliar a gestão democrática nas Instituições de Ensino Superior (IES), entre outros pontos, estão no documento.

Sobre o processo de escolha de reitores o texto convoca a “lutar pela revogação imediata da lei 9192/95, que disciplina a escolha de dirigentes universitários” e propõe “eleições, no mínimo, paritárias e participativas” e que o resultado seja homologado no âmbito da IES. A proposta do Coned ressalta a importância do governo financiar integralmente o ensino superior público, assim como a pesquisa, visando o desenvolvimento soberano da nação.

Os educadores querem mais cursos noturnos e de



Educação: encontro define diretrizes para o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública

licenciatura nas universidades e se colocam radicalmente contra qualquer tipo de cobrança de mensalidades de alunos ou taxação de ex-alunos, como forma de financiamento das IES públicas. O “Universidade para Todos”, projeto que prevê a ocupação de vagas ociosas das universidades privadas por alunos carentes em troca de isenções fiscais, foi rechaçado. O documento propõe também que seja incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), verba específica para assistência estudantil, já que muitos estudantes carentes abandonam a universidade, ou nem chegam a

ingressar, porque precisam trabalhar.

Segundo a professora da Faculdade de Educação da Ufrgs e membro do GTPE da Adufrgs, Vera Peroni, o plano reúne questões consensuais discutidas por profissionais de todos os níveis de ensino, sindicatos e pesquisadores. Onde não houve consenso, como nas cotas para minorias, a discussão não foi aprofundada e o congresso não se manifestou.

Na opinião da professora, o Coned passa por um momento difícil porque as entidades que compõem o Fórum Nacional de Educação têm usado estratégias diferentes de interlocução e enfrentamento com o governo federal no debate das políticas educacionais. Para Vera Peroni, o encontro aconteceu em meio à tensão de pressionar o governo para obter ganhos de lutas históricas, mas ao mesmo tempo cuidar para não fragilizá-lo.

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública surgiu no final dos anos 80 com o objetivo de elaborar uma política nacional de educação para se contrapor à política do governo. Daí surgiu um Plano Nacional de Educação (PNE) alternativo ao do Executivo Federal, que foi apresentado ao Congresso Nacional em 2001. Segundo Vera Peroni, apesar de toda a pressão, o PNE em vigência traz muito pouco do elaborado pelo Fórum, e o Coned, criado para congregiar idéias e promover debates, tem caráter propositivo.

Professora da Ufrgs integra o Conselho Nacional de Educação

Tomaram posse no dia 4 de maio os 12 novos conselheiros do Conselho Nacional de Educação do MEC (CNE)

A escolha dos novos membros do CNE, pelo presidente da República, obedeceu aos critérios de pluralidade política e representatividade regional, segundo a assessoria do ministro da Educação Tarso Genro. Entre os novos conselheiros está a professora da Faculdade de Educação da Ufrgs, Maria Beatriz Moreira Luce, que irá integrar a Câmara de Educação Básica do Conselho. Os mandatos são de quatro anos, podendo ser renovados.

A entrada de 12 novos integrantes representa uma renovação de 50% dos conselheiros das Câmaras de Educação Básica e Superior. Além da professora da Ufrgs, passam a fazer parte da Câmara de Educação Básica os professores Adeum Hilário Sauer, Antônio César Russi Callegari, Carlos Nejar, Clélia Brandão Alvarenga Craveiro e Murílio de Avellar Hingel. Para a Câmara de Educação Superior foram nomeados Alex Bolonha Fiúza de Mello, Anaci Bispo Paim, Antônio Carlos Caruso Ronca, Marilena de Souza Chauí, Milton Linhares e Paulo Monteiro Vieira Braga Barone.

Para Maria Beatriz Luce, a indicação para conselheira do CNE representa “o maior desafio como

profissional educadora e como cidadã”. A professora também foi indicada para compor o colegiado formulador de políticas e normas para a educação do País pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). Segundo ela, os posicionamentos históricos da Anped, em defesa da democratização da educação, do direito de todos à educação pública laica e de qualidade, justificam a opção do ministro Tarso Genro e do presidente Lula, por manter no CNE um representante da Associação.

Quanto a suas atividades na Câmara de Educação Básica, Maria Beatriz diz que pretende se envolver intensamente na discussão de questões como a ampliação do Ensino Fundamental e a problemática de sua qualidade e avaliação, a expansão do acesso à educação infantil e ao ensino médio, a relação entre ensino médio e educação profissional, o financiamento da educação básica e o regime de colaboração entre União, estados e municípios, além da formação de professores, inclusive as novas diretrizes curriculares para o Curso de Pedagogia, sua carreira e condições de trabalho.



Maria Beatriz Luce: assume vaga na Câmara de Educação Básica do CNE

ELEIÇÕES ANDES-SN

Fotos Clarissa Pont



Vence a chapa da situação

Por uma pequena margem de votos, a Chapa 3, que representa a continuação da política sindical praticada atualmente, venceu a eleição para diretoria da Andes-SN.

Com 11.413 votos (49,41%), a Chapa 3 venceu as eleições para diretoria da Andes-SN. A Chapa 2, de oposição, obteve 10.537 votos (45,62%). Nem o fato da categoria estar em negociação salarial com o governo estimulou os professores a comparecerem às urnas. Dos 70.755 docentes sindicalizados, apenas 23.099 (32,65%) votaram. O número é maior do que o da eleição de 2002, mas bem abaixo do esperado. Foram computados ainda 643 votos em branco e 506 nulos.

Segundo o candidato a vice-presidente pela Chapa 2, Eduardo Rolim de Oliveira, a composição perdedora venceu no conjunto das universidades federais, mas ficou atrás nas estaduais paulistas e nas cerca de 20 ADs recém-criadas ou que não votaram na última eleição. O Rio Grande do Sul deu vitória à Chapa 2, com 59,8% do total de votos válidos. Desempenho melhor foi verificado na Regional Planalto, onde 60,88% dos votos foram para a oposição, que venceu ainda nas regionais Norte I e Nordeste I e II.

A Chapa 3 venceu nas regionais Nordeste III, Norte II, Pantanal, Rio de Janeiro, São Paulo, Sul e Leste, sendo que, na última, a diferença foi de apenas 0,23% e na primeira de 0,85%. A regional que rendeu o maior percentual de votos para a Chapa 3 foi São Paulo (63,43%), seguida da Rio de Janeiro (63,21%). Na Regional Sul, que engloba as ADs do Paraná e de Santa Catarina, a composição vencedora obteve 59,55% dos votos. Na Norte II, o percentual obtido foi de 55,87% e na Pantanal 53,57%.

A vitória expressiva da chapa da situação nas universidades estaduais de São Paulo pode ter relação com o fato desses docentes não estarem negociando salários com o governo federal. Isso porque a condução das negociações pela atual diretoria tem sido bastante criticada por uma parcela considerável de professores, tanto que as federais deram vitória à chapa da oposição, que prometia mais flexibilidade e investir no diálogo permanente com o governo. A nova diretoria, eleita para o biênio 2004/2006, toma posse no dia 18 de junho, durante o 48º Conad, que acontece de 17 a 20 de junho em Aracaju, Sergipe.

* O mapa de apuração está disponível na página eletrônica da Andes-SN (www.andes.org.br).

INSTITUTO DE ARTES

Ressurge antiga reivindicação

A intenção de instalar, definitivamente, o Instituto de Artes da Ufrgs no prédio histórico da antiga Faculdade de Medicina, atualmente ocupado pelo Instituto de Ciências Básicas da Saúde (ICBS), arrasta-se há muitos anos. A transferência do ICBS depende da criação de um novo espaço no Campus da Saúde e da restauração do prédio histórico do Campus Central. O projeto, porém, continua esbarrando na falta de verbas para manutenção, sempre colocadas em segundo plano pelo governo.

Atualmente o Instituto de Artes funciona em seis sedes espalhadas na região central, tendo como matriz o prédio da Rua Senhor dos Passos, que abriga três cursos de graduação e três de pós-graduação, entre mestrado e doutorado. A idéia, segundo o diretor do Instituto, professor Cirio Simon, é reunir todas as atividades em um único local e que este sirva de espaço cultural para a população. "Permanecer na região central faz parte do projeto de revitalização do centro de Porto Alegre", ressalta.

Uma vitória computada pelo diretor foi a aquisição de uma sala de aproximadamente 300 metros quadrados para instalação do Arquivo Geral do Instituto de

Artes, que estava se deteriorando nas precárias instalações da Senhor dos Passos. Um dos problemas principais é o do curso de Música, que funciona em espaço inadequado, sem as necessárias adaptações acústicas. O edifício também está visivelmente danificado.

Segundo o secretário do Patrimônio Histórico da Ufrgs, professor Cristoph Bernasiuk, o edifício da antiga Medicina seria suficiente para abrigar todo o Instituto de Artes e ainda sobriaria espaço para ampliações futuras. Para se ter uma idéia, as áreas de todos os prédios utilizados pelo Instituto somam aproximadamente 4 mil metros quadrados, enquanto a área total do prédio do ICBS é de 9 mil metros quadrados. "Um estudo do crescimento do Instituto de Artes prevê uma ocupação de 8 mil metros quadrados no futuro", informa.

O edifício da antiga Faculdade de Medicina vem sendo restaurado aos poucos. Segundo Bernasiuk, seriam necessários R\$ 4 milhões para a obra total de restauração. Com apenas R\$ 150 mil no caixa, o secretário pretende abrir um acesso interno e consertar parte da fachada nos próximos meses. Os recursos vêm sendo angariados junto à iniciativa privada, dentro do projeto de restauração dos prédios históricos da Ufrgs.



ELEIÇÕES UFRGS

Futuro reitor vai enfrentar a Reforma Universitária

A eleição para reitor, marcada para 17 de junho, acontece esse ano envolta em muita polêmica. Diferente dos últimos dois pleitos, dessa vez o peso dos votos não foi pré-estabelecido. Depois de muita discussão, o Conselho Universitário (Consun) decidiu que não haveria proporcionalidade, mas que cada conselheiro deveria usar o bom senso na hora de indicar um candidato, observando critérios democráticos como o número de votos recebidos. Preocupados com a legitimidade das eleições, professores, alunos e técnicos se reuniram no dia 28 de abril para buscar um acordo no percentual que seria sugerido ao Consun. No encontro, foi proposto o seguinte critério, a ser submetido às assembleias de base e, posteriormente, sugerido ao Consun: 40% para docentes, 30% para técnicos e 30% para estudantes. Nas duas últimas eleições, a proporção era de 70% para docentes, 15% para estudantes e 15% para técnico-administrativos. Até o fechamento desta edição não havia o resultado das assembleias. Extra-oficialmente, existem informações de que os membros do Consun teriam a posição de seguir rigorosamente a lei 9192/95 e o decreto 1916/96, que institui a proporção 70%, 15%, 15%.

Três chapas estão na disputa. Os candidatos a reitor e vice-reitora da Chapa 1 são os professores Philippe Olivier Alexandre Navaux, do Instituto de Informática, e Newra Tellechea Rotta, da Faculdade de Medicina. A Chapa 2 é formada pelos professores José Carlos Ferraz Hennemann, da Faculdade de Engenharia, e Pedro Cezar Dutra Fonseca, da Faculdade de Ciências Econômicas. Pela Chapa 3, concorrem os professores Walter Meucci Nique, da Escola de Administração, e Jorge Alberto Buchabqui, da Faculdade de Medicina.

Em um cenário que promete mudanças na educação superior do País, a posição dos dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) vai pesar na elaboração do projeto de Reforma Universitária. Nessa entrevista, os três candidatos a reitor respondem questões pertinentes no cotidiano da Universidade Pública hoje, como cursos pagos, arrecadação de recursos junto à iniciativa privada, cotas raciais, "compra" de vagas nas universidades particulares para atender alunos carentes e processo eleitoral para reitor. Bom lembrar, que diante do processo de desmonte pelo qual vem passando a Universidade Pública na última década, está em jogo, principalmente, o futuro do ensino superior público, gratuito e de qualidade.



Candidatos e apoiadores no sorteio das chapas, no dia 21 de maio, na reitoria

AD verso - **O Consun regulamentou a cobrança nos cursos de especialização ou outros que não conferem titulação. O que o senhor pensa sobre isso?**

Walter Meucci Nique - O conhecimento sofre um incremento exponencial nestas ultimas décadas e seu acompanhamento é uma contingência e obrigação de qualquer tomador de decisão em qualquer organização. Desenvolve-se, assim, o conceito de formação continuada que é o instrumento adequado para o acompanhamento destas modificações. Este conceito é uma nova missão atribuída às universidades. Os cursos de atualização e especialização são exatamente estes de formação continuada onde as organizações enviam sistematicamente seus executivos. Não existe razão, no meu ponto de vista, que não se cobre destas organizações o custo deste esforço suplementar. O que se deveria e poderia solicitar ao Consun, em termos de ajustes desta determinação, está relacionado à capacitação de colaboradores das organizações não governamentais (ONGs), isto é, do terceiro setor que possuem uma grande importância para a nossa sociedade.

José Carlos Ferraz Hennemann - A regulamentação foi fundamental. A Universidade por mais de um ano discutiu a questão no Conselho Universitário para tomarmos uma decisão madura e que representasse da melhor forma a opinião da comunidade universitária. Entre duas posições opostas, a que pretendia deixar sem quaisquer regras, e outra, que advogava o fechamento dos cursos, predominou uma intermediária, semelhante a uma proposta advinda do próprio movimento docente: as atividades deveriam ser regulamentadas. A decisão do Consun diferenciou dois tipos de cursos: os que conferem titulação acadêmica (mestrado profissional e interinstitucional), para os quais houve o entendimento de que deveriam permanecer gratuitos para o aluno, como já ocorre com os mestrados e doutorados acadêmicos. Já nos cursos de especialização e de extensão, que não conferem titulação acadêmica, pode haver taxas, como é a tradição da Universidade, já que, sem essas, estas atividades podem ser inviabilizadas e deixaríamos de atender uma demanda da sociedade que a Universidade Pública tem plenas condições de preencher.

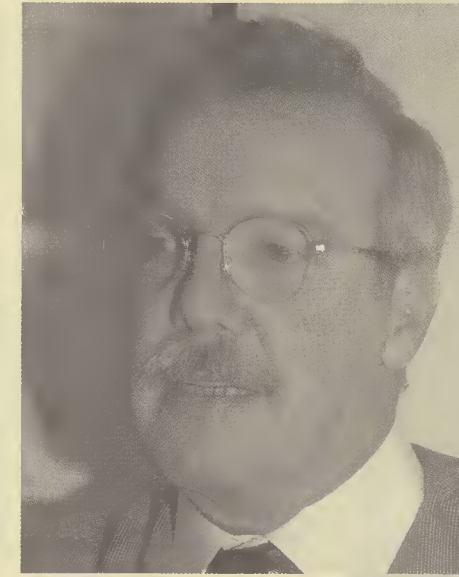
Philippe Olivier Alexandre Navaux - A regulamentação aprovada no Conselho Universitário traz, na sua exposição de motivos, os fundamentos para a oferta de cursos de educação continuada. Quando fui pró-reitor de Pós-Graduação, encontrei uma situação historicamente caótica, em que esses cursos eram oferecidos sem nenhum tipo de regulamento, o que era péssimo para a Universidade como instituição. Convidei uma comissão de professores, que elaborou uma proposta para regular essa oferta. Foi na minha gestão que se encaminhou o pedido de regulamentação, que foi discutida e aprovada pelo Consun, de acordo com o que prevê o Estatuto e o Regimento da Ufrgs. Até então os instrumentos não eram transparentes, e hoje são. Agora existem normas a serem cumpridas, e elas permitem a publicização dos recursos, que devem ser aprovados nas diversas instâncias e no Consun.

Adverso - **Como o senhor vê a complementação de salário com dinheiro arrecadado através de cursos pagos?**

Walter Nique - Existem várias formas de incentivos pecuniários para o exercício das diversas funções acadêmicas (ensino, pesquisa, extensão) e administrativas (chefia, direção etc.) na universidade. Estes incentivos vão desde funções gratificadas até bolsas de pesquisa passando pela remuneração de aulas dadas em cursos de atualização e especialização. Desde que o professor possua Dedicção Exclusiva, a exemplo das bolsas de pesquisa, dever-se-ia proporcionar espaço para, complementarmente, remunerar o trabalho de ensino em formação continuada através de bolsas de extensão.

José Carlos Hennemann - Na verdade não se trata de uma complementação de salário, pois são atividades que por sua natureza são necessariamente esporádicas. O foco das discussões na comunidade universitária foi a gratuidade para os alunos e o acesso universal e não a possibilidade de recebimento por parte dos docentes. Houve relativo consenso em torno de que se os órgãos internos das unidades proponentes e as câmaras aprovassem o mérito acadêmico dos projetos, poderia haver honorários, desde que parte integrante do mesmo e explicitado claramente no orçamento, de forma transparente. Além disso, decidiu-se que de forma alguma estas atividades poderiam contar em promoções ou em pontuação de avaliações, como a GED, ou na computação de carga horária docente pelos departamentos. Adicionalmente, a decisão estabeleceu que os departamentos só poderão oferecer cursos de especialização se tiverem carga horária de trabalho acima da média. Esta regra reafirma a preocupação maior da Universidade com a qualidade acadêmica, pois estes cursos não podem vir em prejuízo da graduação e da pós-graduação *stricto sensu*, que são as atividades de ensino fundamentais que dão a marca da excelência da instituição, junto com a pesquisa e a extensão.

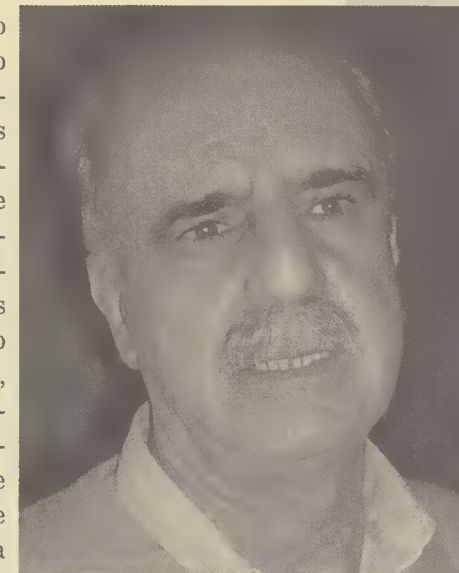
Philippe Navaux - Não existe complementação de salário. A norma possibilita que o professor receba por um número limitado de horas, sendo que estas atividades têm caráter extraordinário e constituem uma carga adicional em relação às atividades docentes normais. Isso, evidentemente, desde que não haja prejuízo às suas atividades do ensino de graduação e pós-



Walter Meucci Nique candidato a reitor pela Chapa 3

* Doutor de Estado em Ciências da Administração (Docteur d'Etat es Sciences de Gestion) pela Universidade Pierre Mendès France (Grenoble - França) em 25 de novembro de 1982
* Professor do Departamento de Ciências Administrativas da Escola de Administração da Ufrgs
* Professor convidado do IGR (Institut de Gestion de Rennes) e da ESA (École Supérieure des Affaires de Grenoble) para a disciplina de Negócios Internacionais
* Membro do Cepe/Ufrgs de 2002 até abril de 2004
* Membro do Conselho Estadual de Educação em 1994 e 1995
* Secretário de Estado de Coordenação e Planejamento, Secretário de

Estado do Planejamento e da Administração e Secretário de Estado de Assuntos Internacionais de março de 1991 a dezembro de 1994
* Vice-Diretor e Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Ufrgs de 1986 a 1991
* Presidente do Conselho Regional de Administração (CRA) em 1990
* Membro do Conselho Regional de Administração (CRA) de 1987 a 1990
* Administrador Gaúcho de 1990, título outorgado pelas entidades de Administração do Rio Grande do Sul
* Membro permanente do Conselho Deliberativo da Bacia do Rio Uruguai (Consejo Deliberante de la Cuenca del Rio Uruguay) órgão que reúne todos os Vereadores (Brasil) Conesales (Argentina) e Ediles (Uruguay), cujas municipalidades fazem fronteira com o rio Uruguai. Órgão consultivo do Parlamento do Mercosul



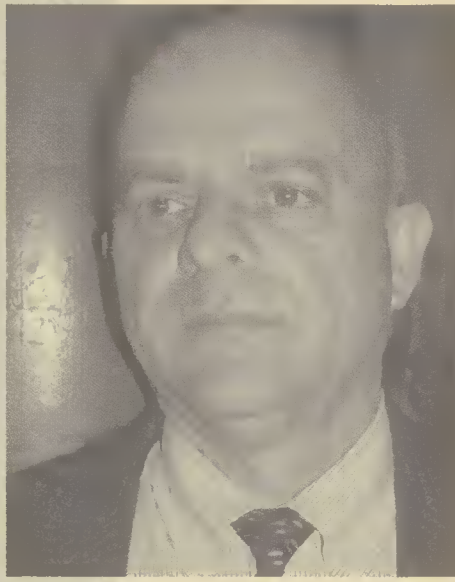
Jorge Alberto Buchabqui Candidato a vice-reitor pela Chapa 3

* Mestre em Epidemiologia, Programa de Pós-graduação em Epidemiologia, Departamento de Medicina Social, Ufrgs, 2004
* Especialista em:
- Ginecologia e Obstetrícia, pelo Conselho Federal de Medicina, Associação Médica Brasileira (ABM) em 1973
- Medicina do Trabalho, pela Ufrgs em 1976
- Metodologia do Ensino Superior, Faculdade de Educação/Ufrgs em 1981
- Administração Hospitalar, pela PUC-RS em 1988
* Professor Adjunto IV do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina da Ufrgs
* Membro do Cepe/Ufrgs de 1996 a 1998 e de 2002 a 2004

* Vice-presidente da Câmara de Extensão/ Ufrgs de 1996 a 1998
* Coordenador da Comissão de Extensão da Faculdade de Medicina da Ufrgs de 1997 a 2001
* Vice-coordenador da Comissão de Carreira da Faculdade de Medicina da Ufrgs de 1990 a 1994
* Coordenador dos Projetos de Extensão Universitária:
- Extensão Comunitária de Proteção da Saúde da Mulher, de 1999 a 2004
- Formação de Multiplicadores de Prevenção na Área da Saúde de 1999 a 2003
- Projeto Viva Saúde - Prevenção Primária na Comunidade de 1996 a 2004
- Projetos Convivência Inverno/Verão de 1999 a 2002
* Coordenador do Núcleo Unisaúde de 1999 a 2003
* Presidente do I Congresso Gaúcho de Educação Médica em 1998
* Presidente 33º Congresso Brasileiro de Educação Médica e V Fórum de Avaliação do Ensino Médico em 1995

José Carlos Ferraz Hennemann**Candidato a reitor pela Chapa 2**

- * Graduado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da Ufrgs em 1969
- * Mestre em Ciências pela Ufrgs em 1972
- * Doutor em Filosofia pela Southern Methodist University - Dallas - Tx., USA em 1975
- * Professor Titular do Departamento de Engenharia Civil, leciona Mecânica, Hiperestática, Estruturas de Aço e Madeira e Projeto de Estruturas Metálicas na Graduação. Elasticidade e Estabilidade na Pós-Graduação
- * Área de Pesquisa, Orientação de Mestrado e Doutorado: Estabilidade de Sistemas Estruturais, Estruturas de Chapa Dobrada
- * Chefe do Departamento de Engenharia Civil de 1979 a 1981 e de 1991 a 1992
- * Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil de 1984 a 1987
- * Diretor da Escola de Engenharia de 1992 a 1996
- * Pró-Reitor de Pós-Graduação de 1996 a 1998
- * Pró-Reitor de Graduação de 1999 a 2000
- * Vice-Reitor desde 2000
- * Membro do Comitê Assessor de Engenharia Civil do CNPq de 1985 a 1987
- * Coordenador do Comitê das Engenharias da Fapergs de 1990 a 1994
- * Coordenador do Comitê Universidade/Empresa da Fapergs de 1992 a 1996
- * Membro do Comitê Científico da Abenge em 1996
- * Membro do Conselho Superior da Fapergs de 1998 a 2003
- * Membro do Conselho Diretor do Hospital de Clínicas de Porto Alegre



graduação *stricto sensu*, nem às atividades de pesquisa e extensão.

Adverso - Qual a sua posição sobre a atuação de fundações privadas dentro da Universidade, particularmente a Faurgs?

Walter Nique - Os mecanismos próprios da administração pública diminuem enormemente a flexibilidade de captação e aplicação de recursos, bem como a exe-

cução de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Buscou-se, então, criar um instrumento que tivesse um relacionamento especial e exclusivo com a Universidade para flexibilizar a execução destes projetos, onde a Faurgs é o exemplo típico. Estas fundações são instrumentos regulados por legislação própria e possuem o controle direto do Tribunal de Contas da União, bem como a obrigação de acompanhamento através de auditorias internas e externas à fundação. O que tenho observado nesta relação Fundações-Universidade é uma falta de comunicação na prestação de contas para os professores, técnicos científicos e alunos. Enfim, a comunidade acadêmica quer ter um acompanhamento mais próximo e ampliar a transparência nas relações.

José Carlos Hennemann - A criação da Faurgs foi de extrema importância para a Universidade, pois possibilitou sua maior integração com a

sociedade. Entendemos que há necessidade de ampliar a transparência de sua atuação, divulgar melhor suas atividades, a origem e o destino de seus recursos. Nosso Programa prevê a execução de um projeto que integre a estrutura de comunicação da Ufrgs, de forma a ampliar e agilizar as informações tanto dentro da comunidade universitária como de dentro para fora de nossos muros. Para finalizar,

não custa reprisar que devemos ter presente que a fundação não pode se desviar dos objetivos para os quais foi criada, como parece ocorrer, segundo relatos, em outras universidades do país. O estatuto da Faurgs garante que o nome de seus dirigentes seja votado pelo Conselho Universitário, o que mostra que desde seu nascedouro houve a preocupação que a mesma devesse estar sempre inserida dentro do projeto acadêmico da Universidade, que só justifica sua existência se trabalhar junto com as demais instâncias formais da Ufrgs e em consonância com suas atividades fins, indo além de uma mera captadora de recursos.

Philippe Navaux - As fundações de apoio estão a serviço da Universidade, e essa relação deve ser transparente e institucional. A presença da Faurgs tem sido importante, nos últimos anos, para a continuação das atividades da Universidade,

principalmente viabilizando os projetos dos fundos setoriais e de convênios com as agências financiadoras, sem custo operacional, facilitando a importação e a aquisição de instrumental e beneficiando diretamente a instituição. É essencial que haja transparência em relação à aplicação dos recursos advindos de todas as fundações. Também é importante a participação na gestão dessas fundações e na divulgação dos resultados atingidos em benefício da comunidade.

Adverso - Como o senhor analisa a adoção de cotas especiais para acesso à Universidade?

Walter Nique - Eu constato que não tem nenhum candidato negro ou índio à Reitoria. Não recorro de haver visto um candidato negro ou índio à Direção de alguma Faculdade ou Escola da nossa Ufrgs. O IBGE diz que a população negra e índia no RS é de 13% e eu jamais encontrei esta proporção nas minhas salas de aula tanto na graduação como no mestrado e menos ainda no doutorado. Penso que devemos por obrigação de pertencer a esta instituição, que é um braço da nação brasileira, parar para refletir sobre esta situação e propor soluções viáveis e consensuadas na busca da ruptura desta exclusão ignóbil do ensino superior, de parte de nossos concidadãos. A busca dessa solução deve ser amplamente debatida com a comunidade universitária e sem nenhuma espécie de imposição.

José Carlos Hennemann - A questão das cotas merece um debate aprofundado. Vir por medida provisória, como há pouco se falava, seria desastroso. Nossas conversas com as diversos segmentos da comunidade universitária mostram que o tema polariza opiniões, mas ainda não foi aprofundado. Todos parecem concordar que a Universidade está consciente de sua responsabilidade social e reconhece que tem que contribuir para enfrentar as desigualdades sociais do país, mas que pouco adianta estabelecer cotas se o estudante, após o ingresso, não puder permanecer no curso ou tiver um desempenho que o leve à discriminação. Medidas isoladas não resolvem, por isso deve haver uma discussão mais aprofundada, que avalie a experiência de outros países que adotaram medidas semelhantes, sem necessariamente querer transportá-las tal e qual para nossa realidade, que tem suas peculiaridades. Há outras medidas importantes nas quais a Universidade pode dar sua contribuição, como incremento na formação e qualificação dos professores de licenciatura para a rede pública. O papel da Administração Central é organizar e fomentar o debate sobre este conjunto de questões para encaminhar decisões maduras que, ao mesmo tempo, reafirmem o compromisso social da Universidade sem perder de vista sua qualidade e os critérios de excelência acadêmica.

Philippe Navaux - Nós somos favoráveis à ampliação e à democratização do acesso ao ensino superior e sabemos que a política de cotas pode ser uma alternativa nesse processo. Mas é preciso frisar que qualquer política de cotas precisa ser amplamente discutida antes de ser implementada. Mais importante ainda é que seja estruturado um programa de fortalecimento do ensino médio e fundamental no país, para permitir uma efetiva igualdade de oportunidades, bem como um programa especial de bolsas por parte do Governo. É fundamental não somente permitir o ingresso do aluno, mas também assegurar as condições para sua permanência e para sua formação, mantendo um

Pedro Cezar Dutra Fonseca**Candidato a vice-reitor pela Chapa 2**

- * Bacharel em Economia pela Faculdade de Ciências Econômicas da Ufrgs em 1977
- * Mestre em Economia pelo Ipe/Ufrgs em 1980
- * Doutor em Economia pela Fipe/USP em 1987
- * Professor Titular do Departamento de Ciências Econômicas da Ufrgs, ministra as disciplinas de Análise Macroeconômica, Análise Microeconômica, Economia Brasileira e História do Pensamento Econômico
- * Professor do Curso de Pós-Graduação em Economia da Ufrgs nas disciplinas de História do Pensamento Econômico, Economia Brasileira e do Rio Grande do Sul, nos Cursos de Mestrado e Doutorado
- * Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Ufrgs de 1992 a 1996 e de 2000 a 2004
- * Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Economia da Ufrgs de 1986 a 1988
- * Chefe do Departamento de Ciências Econômicas da Ufrgs de 1990 a 1992
- * Coordenador da área de Economia da Capes de 1993 a 1995
- * Pró-Reitor de Pesquisa da Ufrgs de 1996 a 1997
- * Diretor-Presidente do Conselho Técnico-Administrativo da Fapergs de 1997 a 2000
- * Presidente da Câmara de Pesquisa do Cepe/Ufrgs em 2000
- * Presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) de 2002 até junho de 2004
- * Prêmio Haralambos Simeonidis - ANPEC, Menção Honrosa, 1987
- * Segundo lugar no V Prêmio BNDES de Economia em 1981



padrão de qualidade que evite a criação de duas ou mais "categorias" de profissionais.

Adverso - O que o senhor acha do projeto do governo Federal que prevê a "compra" de vagas nas universidades privadas para atender alunos carentes?

Walter Nique - Afirmando que é fundamental aparelhar as universidades públicas e gratuitas dotando-as de condições para ampliação de vagas e absorção da demanda por ensino superior no nosso país. Minha utopia é de que estas instituições possam absorver todos aqueles que querem um curso superior. Todavia, existem momentos em que se deve tomar atitudes fortes frente a contingências e na expectativa de implementação de algumas ações. De todas as maneiras, como na pergunta anterior, é necessário chamar a comunidade acadêmica e apresentar o problema para a busca de uma solução discutida e consensuada.

José Carlos Hennemann - Nossa opinião é que os recursos do MEC para o ensino superior devem ser prioritariamente dirigidos para as universidades federais, que há vários anos vêm sofrendo cortes drásticos em seus orçamentos. Historicamente a Universidade Pública tem sido um dos principais meios de mobilidade social no país e nunca se negou a ampliar o acesso, desde que houvesse recursos para tal. Vejamos a própria Ufrgs: nos últimos oito anos, enquanto o orçamento e o número de professores e de técnico-administrativos decresciam, o número de alunos de graduação cresceu 24% e o de pós-graduação 52%. Foram criados nove novos cursos de graduação, 15 de mestrado e 31 de doutorado. Isto mostra que temos consciência de nossa responsabilidade social, mas chegamos em uma situação limite, não só em termos de pessoal, mas de urgentemente recuperar e ampliar a infraestrutura física e material, além de nossas bibliotecas, com o risco de comprometer o patamar de qualidade que nos é assegurado em todas as pesquisas e avaliações, apesar das adversidades.

Philippe Navaux - Esses recursos evidentemente estariam sendo mais bem empregados na qualificação do ensino médio e na ampliação das vagas nas universidades federais, inclusive aumentando a oferta de cursos noturnos, que são uma grande demanda da sociedade.

Adverso - Na sua opinião, como deveria ser o processo de eleição na Ufrgs?

Walter Nique - Em primeiro lugar quero diferenciar processo de eleição e consulta eleitoral. Consulta não tem vinculação com o resultado e processo eleitoral sim. O que fazemos neste momento é uma consulta onde o Consun pode ou não aceitar os resultados. Processo eleitoral é a escolha direta dos dirigentes, que garante legitimidade. A legitimidade não é necessariamente presente no critério de escolha "extra universidade". Vejam o caso da eleição de 1988: a comunidade universitária procedeu a um processo de consulta com regras claras e elegeu o professor Alceu Ferrari; o ministro, por razões outras, escolheu o professor Gehard Jacob, terceiro da lista. O ministro da época lhe conferiu legalidade, mas a comunidade acadêmica jamais lhe concedeu a legitimidade. O processo eleitoral inicia e termina "intra-muros". Em segundo lugar gostaria de salientar a importância desta legitimidade oriunda de toda a comunidade acadêmica, isto é, que as regras possam

contemplar de maneira equilibrada e justa a participação efetiva dos três corpos que constituem a academia: professores, estudantes e técnico-administrativos. No meu entender, esta participação justa e equilibrada passa pelo peso equitativo entre as três categorias, portanto um terço para cada setor configurando assim a paridade dos três vetores políticos da universidade. Entretanto, defendo um acordo que permita um processo tranqüilo e que não deixe margens para questionamento do resultado, evitando assim possíveis fissuras na Universidade. Acho que a proporção desta consulta de 2004 poderia ser de 40% dos votos para os professores e 30% para cada uma das outras duas categorias. Por fim, conclamo as outras candidaturas a que venham se somar a esta proposta e trabalhar por um acordo que garanta a legitimidade do processo.

José Carlos Hennemann - Já temos uma tradição que estabelece alguns princípios dos quais não podemos abrir mão. Em primeiro lugar, o processo eleitoral deve esgotar-se no âmbito da própria Universidade. Em segundo, como ocorreu nas últimas eleições, o Conselho Universitário homologa o resultado da consulta à comunidade. Terminada a contagem dos votos da consulta aos três segmentos, sempre soubemos quem eram os vencedores. Para isso, precisamos ter regras claras, senão corremos o risco de entrarmos em uma crise institucional. É importante que se chegue a uma proposta consensual, que pode não ser a ideal para cada um dos segmentos, mas que é a possível no quadro atual e para esta eleição. Louvamos a iniciativa das entidades representativas em colaborar para o encaminhamento de uma solução. Temos que ter uma responsabilidade maior com a Instituição e quem assumir deve ter a legitimidade suficiente para estar a sua frente num quadro difícil, que precisa da união da comunidade universitária e não da sua divisão. Precisamos sair fortalecidos do processo para enfrentar os desafios postos à Universidade hoje.

Philippe Navaux - As regras devem ser claras e discutidas com a devida antecedência, de forma a não confundir o processo de revisão das normas com o debate propriamente dito das propostas dos candidatos. Além disso, o processo deve se basear nos princípios da autonomia e da democracia, respeitando a consulta feita a todos os segmentos da comunidade universitária e melhorando o percentual atual de participação dos segmentos dos funcionários e dos estudantes.

Obs: o critério usado para a disposição das respostas e fotos foi a ordem de recebimento.



Philippe Olivier Alexandre Navaux

Candidato a reitor pela Chapa 1

- * Graduado em Engenharia Elétrica pela Ufrgs, em 1970
- * Mestre em Física e doutor em Informática
- * Professor titular do Departamento de Informática Aplicada da Ufrgs, ministra as disciplinas Introdução às Arquiteturas Avançadas, Introdução ao Processamento Paralelo Distribuído e Arquiteturas Especiais.
- * Diretor do Instituto de Informática, no segundo mandato consecutivo, desde 1998
- * Pró-reitor de Pós-Graduação em 2000 e 2001

- * Chefe do Departamento de Informática Aplicada de 1994 a 1996
- * Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação de 1982 a 1983
- * Membro do Conselho Superior da Fapergs
- * Consultor do Comitê da Computação da Capes
- * Consultor das Fundações de Amparo à Pesquisa de São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais e Alagoas
- * Consultor do Ministério da Ciência e Tecnologia, de 1994 a 1998, e da Comissão de Informática do Ministério da Educação de 1997 a 1999
- * Membro do Conselho Técnico Científico do Laboratório Nacional de Computação Científica
- * Vice-presidente da Sociedade Brasileira da Computação de 1991 a 1993
- * Coordena programas de cooperação internacional, em especial com a França, desde 1980
- * Membro do Diretório Acadêmico da Engenharia em 1967 e 1968

Edison Vara



Newra Tellechea Rotta

Candidata a vice-reitora pela Chapa 1

- * Formada em Medicina pela Ufrgs em 1963
- * Especialista em Neurologia pela Academia Brasileira de Neurologia, em 1972
- * Professora Adjunto IV do Departamento de Pediatria e Puericultura, ministra as disciplinas Neurologia Infantil, Neurologia do recém-nascido e Pediatria
- * Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas: Pediatria desde 2001
- * Vice-diretora da Faculdade de Ciências Médicas de Porto Alegre, de 1974 a 1978, e chefe do Departamento de Neurologia de 1980 a 1987
- * Membro do Comitê de Ética da Federação Mundial de Neurologia
- * Membro do Comitê Científico da Academia Iberoamericana de Neurologia Pediátrica.
- * Diretora do Serviço de Neurologia do Hospital de Clínicas de 1989 a 1993.
- * Presidente da Academia Brasileira de Neurologia em 1991 e 1992.
- * Membro do Conselho Científico da Sociedade Brasileira de Pediatria de 1998 a 2000
- * Participa do Programa de Educação Médica Continuada desde 1978
- * Revisora de artigos científicos para o Jornal de Pediatria, a Revista Amrigs, os Arquivos de Neuro-psiquiatria e o Journal Pediatric Neurology
- * Criou a primeira residência médica em Neurologia Infantil no RS, na qual já formou mais de 50 neuropediatras de todo o País

REUNIÃO DA SBPC

Como a ciência pode fazer parte do cotidiano das escolas

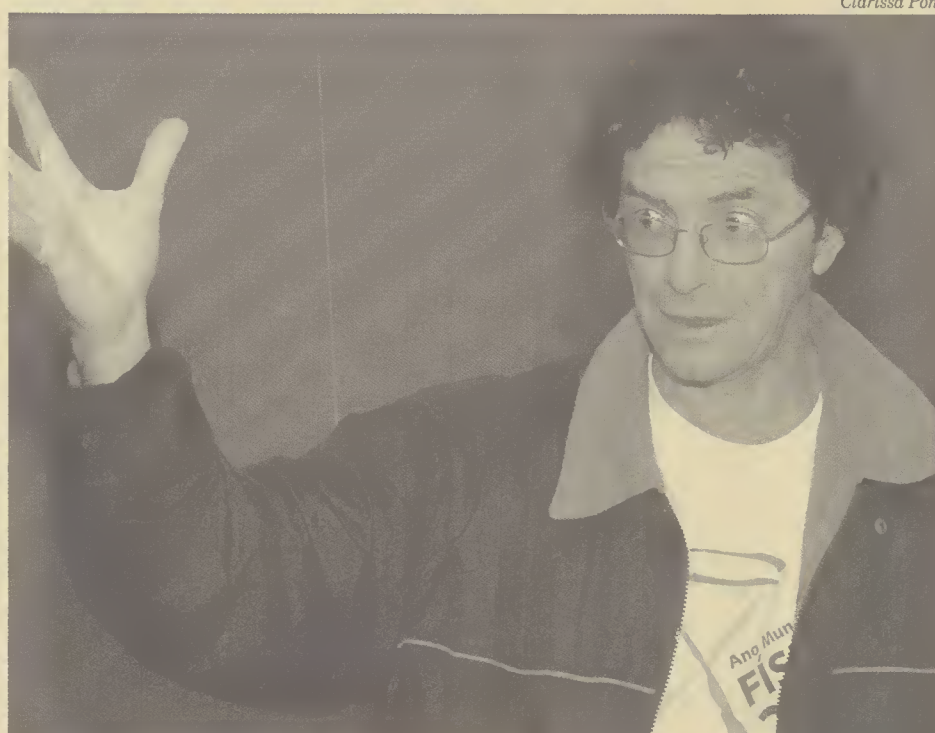
Reunião regional da SBPC, dedicada a professores do ensino fundamental e médio, mostra que potencial de popularização da ciência é enorme, mas esbarra em obstáculos concretos

Marco Aurélio Weissheimer

A 7ª reunião regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada de 23 a 26 de maio simultaneamente em três cidades – Porto Alegre, Canoas e Santa Maria –, foi um exemplo das potencialidades e dos desafios que precisam ser enfrentados para a popularização da ciência no Brasil. Dedicadas aos professores do ensino fundamental e médio, essas reuniões estão sendo organizadas pelas secretarias regionais da SBPC com o apoio da secretaria nacional. Mais de 700 atividades movimentaram auditórios e salas de aula na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS), na Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) e no Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter). A presença da ciência no cotidiano de alunos e professores foi um dos principais temas orientadores dos debates e apresentações. A diversidade temática dessas apresentações mostrou que um dos principais obstáculos para a desejada popularização da ciência reside justamente na divulgação da produção científica dentro das próprias escolas e na sociedade.

Um dos homens responsáveis por essa difícil tarefa, no governo federal, participou do encontro da SBPC. Diretor do Departamento de Difusão e Popularização da Ciência do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), o físico Ildeu de Castro Moreira falou sobre as ações do seu departamento visando diminuir a distância entre a produção científica e a sociedade. Ildeu de Castro participou da formulação do programa de governo do PT na área de ciência e tecnologia e integrou a equipe de transição do governo Lula. É professor do Instituto de Física e da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, ambos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) há mais de 20 anos. Autor do livro "Einstein e o Brasil", escrito em parceria com Antonio Augusto Videira, é um defensor ferrenho da popularização do conhecimento científico.

Criado para articular nacionalmente as iniciativas do MCT, de outras áreas do governo federal e dos governos estaduais, o Departamento de Difusão aposta na criação de um fórum nacional de divulgação de ciência e tecnologia, aberto à sociedade civil, e na constituição de uma Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, na qual todas as instituições científicas brasileiras possam promover atividades de divulgação científica. As dificuldades



Ildeu de Castro Moreira: diretor do Departamento de Difusão e Popularização da Ciência do MCT

para tornar a ciência algo realmente presente no cotidiano das escolas e da sociedade não são pequenas e passam, entre outras coisas, pela formação dos professores do ensino fundamental e médio. Um dado divulgado justamente nos dias em que ocorria a reunião regional da SBPC no Rio Grande do Sul mostra bem o tamanho do obstáculo a ser superado.

60% dos professores não usam a internet

Uma pesquisa sobre o perfil dos professores do ensino fundamental e médio no Brasil, divulgada dia 24 de maio pela Unesco, indica que quase 60% deles nunca usaram correio eletrônico ou navegaram na internet. Uma parcela ainda maior não lê jornal diariamente e tem uma idéia negativa dos valores dos jovens de hoje. Intitulada "O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam", a pesquisa ouviu 5.000 professores (82,2% de escolas públicas e 17,8% das particulares), em abril e maio de 2002. O baixo acesso à tecnologia tem relação direta com os baixos salários. Na pesquisa, um terço dos professores se diz pobre, e 53,1% acreditam pertencer à classe média baixa. Além do Brasil, a pesquisa foi realizada na Argentina, Peru e Uruguai. Nestes países, foram apurados dados semelhantes a respeito dos baixos salários e da grande presença de mulheres na profissão. A pesquisa deve ser refeita daqui a dois anos, para verificar a evolução do perfil da atividade.

Uma das responsáveis pelo levantamento, a pesquisadora Maria Fernanda Rezende Nunes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, considerou que a desvalorização econômica da profissão é responsável pela presença majoritária de mulheres (81,3%) na atividade. Os baixos salários ajudam a explicar também a baixa idade da maioria dos professores brasileiros. Cerca de 80% têm entre 25 e 45 anos). Em países europeus, essa média está em torno dos 40 anos.

A pesquisa patrocinada pela Unesco revelou ainda que, em sua maioria, os professores brasileiros são de famílias com baixo nível de instrução. Os pais de 81% dos entrevistados não completaram o ensino básico (fundamental e médio) e 15% têm pais sem qualquer instrução formal. A maior parte dos professores estudou na rede pública, mas prefere ver seus filhos em escolas particulares. A pesquisa mostrou também a visão que os professores têm dos jovens: mais da metade acredita que enfraqueceram valores como compromisso social, responsabilidade, seriedade, honestidade, tolerância e respeito aos mais velhos. Para a maioria dos professores entrevistados, apenas o amor à liberdade teria se fortalecido.

O baixo índice de acesso à internet e a distância simbólica e cultural que separa professores e alunos são, portanto, dois obstáculos concretos para que a ciência faça parte, efetivamente, do cotidiano das escolas. O Departamento de

Difusão e Popularização da Ciência do MCT trabalha para tentar reverter esse quadro. E algumas de suas principais iniciativas passam justamente pelo campo da internet, como a criação de um espaço virtual de discussão e informação sobre divulgação científica. O Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Unicamp (Labjor) dará início a esse trabalho, colocando no ar uma página com materiais sobre popularização da ciência que, em um segundo momento, deve ser transformada em um portal de popularização da ciência.

Formação de comunicadores de ciência

Para que iniciativas como essas tenham eficácia, enfatizou Ildeu Moreira, é fundamental um envolvimento de toda a comunidade acadêmica e escolar. Sem a participação cotidiana das universidades, dos estudantes e dos professores, observou, essas idéias e projetos permanecerão restritos a um pequeno grupo de pessoas. O fortalecimento do ensino da ciência no país, nas escolas e universidades, depende também, segundo Moreira, de um investimento maior nos cursos de formação de comunicadores de ciência, de ações de apoio ao desenvolvimento de museus e centros de ciências e de uma maior divulgação da ciência nos meios de comunicação. De fato, não há grandes divergências sobre a importância da implementação dessas políticas, mas sim obstáculos reais que não dizem respeito unicamente a ausência de recursos financeiros.

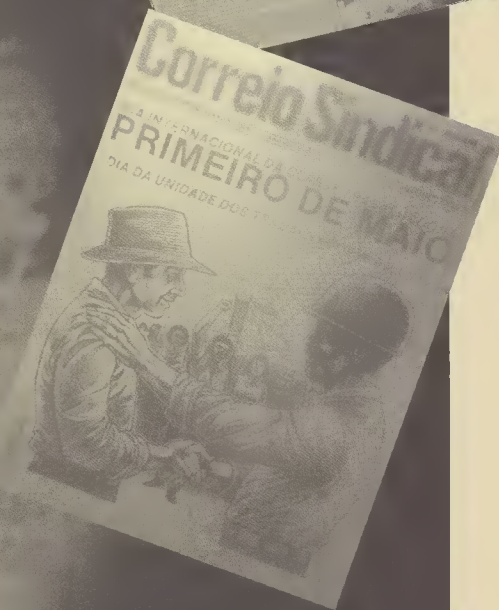
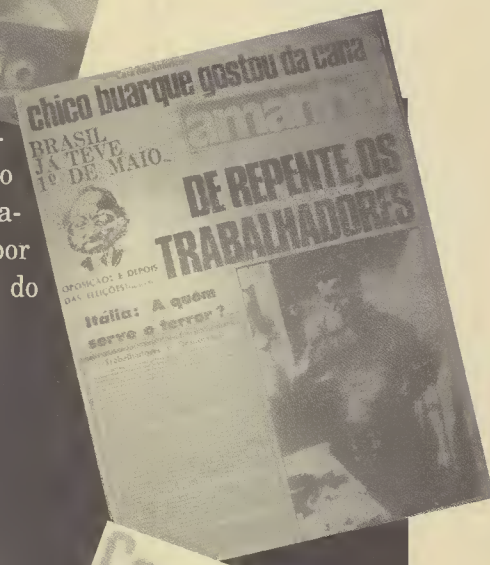
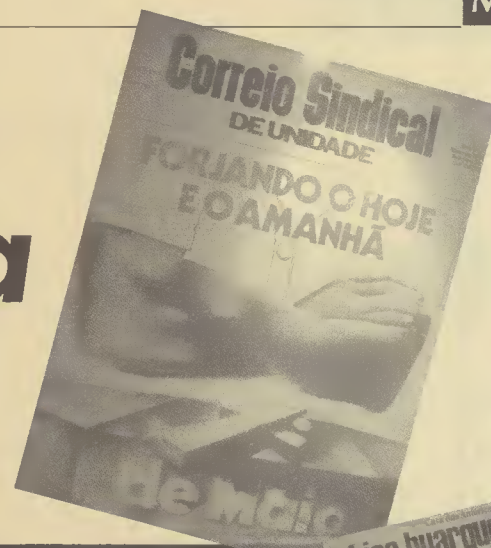
Para Moreira, um desses obstáculos está relacionado ao fato de que o sistema educacional brasileiro não está preparado para a inovação, o que é confirmado pela pesquisa da Unesco citada acima. A idéia de inovação, observou, não é algo voltado apenas para a indústria, mas sim para a escola, para a saúde e para a inclusão social de um modo geral. Ou seja, é algo que diz respeito à vida cotidiana de milhões de brasileiros. O diretor do MCT gosta de repetir que os cidadãos deveriam ficar mais incomodados com o mau funcionamento da educação no Brasil e se envolver mais diretamente em tentativas de modificar esse quadro. A ciência, defende o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tem que estar voltada para a melhoria da qualidade de vida da população e não pode ser algo voltado apenas para uma elite. O que tem que haver, portanto, é uma apropriação da ciência pela população e isso passa, necessariamente, pelo trabalho do dia-a-dia nas escolas.



O 1º de Maio na imprensa operária

Até o dia 12 de junho é possível visitar a exposição

"Salve o 1º de maio! O Dia do Trabalhador retratado na imprensa operária", em cartaz no Museu da Ufrgs, de segunda à sexta, das 10h às 19h, com entrada franca.



A mostra reúne reproduções de jornais operários dos séculos 19 e 20, parte da coleção pessoal do jornalista João Batista Marçal, que há muitos anos vem construindo um valioso acervo sobre a história operária e de esquerda do Brasil, especialmente do Rio Grande do Sul. A exposição, aberta no dia 18 de maio, tem curadoria do professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Ufrgs, Benito Bisso Schmidt e apoio cultural da Adufrgs.

As origens do Primeiro de Maio estão na luta dos operários pela redução do tempo de trabalho, que teria iniciado em 1791, nos Estados Unidos, quando os carpinteiros da Filadélfia declararam greve para exigir a jornada de 10 horas e pagamento por trabalhos extras. A Convenção da Federação Americana do Trabalho, de 1884, tomou a resolução histórica de que "oito horas constituiriam uma jornada legal de trabalho a partir do 1º de maio de 1886". A data também pode estar relacionada ao antigo costume dos trabalhadores que festejavam no 1º de maio a chegada da primavera, que significava novas construções e melhores remunerações que no inverno.

A identificação mais explícita do Primeiro de Maio como Dia do Trabalhador está relacionada a fatos ocorridos nos Estados Unidos em 1886, quando as manifestações grevistas de trabalhadores de Chicago foram fortemente reprimidas pela polícia, causando a morte de aproximadamente sete operários e seis policiais.

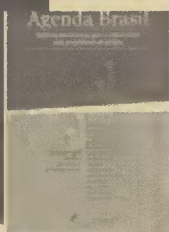
O Congresso Operário e Socialista de Paris de 1889 fixou o Primeiro de Maio como dia mundial de lutas pela jornada de trabalho de oito horas e por outras demandas do operariado.

No Brasil, o Primeiro de Maio começou a ser comemorado em 1891 no Rio de Janeiro e em São Paulo e, no ano seguinte, no Rio Grande do Sul.

Fonte: Informativo semanal da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS

Fotos Clarissa Pont

ORELHA



Agenda Brasil – Políticas Econômicas para o Crescimento com Estabilidade de Preços
João Sicsú, José Luis Oreiro e Luiz Fernando do Paula (orgs.)

Um livro de diagnósticos e propostas para transformação da realidade econômica brasileira. Uma alternativa de modelo de política econômica factível. Editora Manole & Konrad Adenauer. R\$ 34,20



Criança e Pintura: Ação e Paixão do Conhecer
Coleção Educação e Arte, volume 5
Sandra Richter

Para falar de criança e de arte, a autora reúne expressivos autores e com eles compõe um texto sério e sensível que convida à leitura, emociona e extrapola o tema. O livro pretende ir além do ensino da arte. Editora Mediação. 136 páginas. R\$ 28



A Imprensa Operária do Rio Grande do Sul: 1873-1974

João Batista Marçal
Resumo do conhecimento acumulado pelo autor em 30 anos de estudo sobre jornais operário-sindicais, a obra tenta construir a história operário-sindical do RS através do mapeamento da imprensa dos trabalhadores filiados a essa correntes de pensamento revolucionário. Produção independente. 287 páginas. R\$ 30

WWW

Antiglobalização

☒ www.planetaportoalegre.net
Patronado pela Fundação Rosa Luxemburgo e Prefeitura de Belém o sítio reúne artigos, informações e fotos sobre o movimento antiglobalização.

Moeda e sistema financeiro

☒ www.ie.ufrj.br/moeda
Sítio do Grupo de Estudos sobre Moeda e Sistema Financeiro, criado em meados dos anos 90. A orientação teórica do grupo se apóia na obra de John Maynard Keynes e na corrente pós-keynesiana.

"A China é o antiparadigma e, ainda assim, a vedete do mercado"

Fernando Ferrari Filho é doutor em macroeconomia, professor titular do Departamento de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Ufrgs. Atualmente é representante do Rio Grande do Sul no Grupo de Estudos sobre Moeda e Sistema Financeiro, que no ano passado apresentou uma proposta de política econômica alternativa para o governo federal. Nesta entrevista, o professor e pesquisador faz severas críticas à política econômica do governo Lula, que, segundo ele, é a continuação da adotada por FHC. Em números, Ferrari comprova o aprofundamento da crise e prevê um crescimento pífio até o final do mandato, caso não haja uma ruptura, ao mesmo tempo que aponta quais seriam as saídas.

Maricélia Pinheiro

Clarissa Pont

AD verso - **A política econômica do governo Lula vem sofrendo várias críticas, inclusive de quem o apoiou. Em que exatamente ela se assemelha à política praticada por FHC?**

Fernando Ferrari Filho - Ela é idêntica à política de FHC, quando parte do pressuposto de que deve ter como princípio o controle, único e exclusivo, do processo inflacionário e com isso ganhar a confiança do mercado financeiro. Mas há ainda um agravante que é uma dose de ortodoxismo maior de natureza fiscal e monetária. Ou seja, a taxa de juros e o superávit primários foram mais apertados ao longo do primeiro ano do governo Lula do que no governo FHC.

Adverso - Por que o governo teria escolhido o mesmo caminho do governo anterior, se o criticava?

Ferrari - Eu diria que esse é o grande questionamento. Adotou a mesma política econômica porque tinha a chamada "herança maldita"? Esse é o argumento do governo. Para debelar essa "herança maldita" tinha que mostrar para o mercado financeiro que a política econômica a ser adotada não iria provocar abalos e rupturas nas relações contratuais. Há outras interpretações. Eu acho que o governo adotou essa política econômica conservadora, em parte porque a equipe econômica montada, seja no Banco Central ou no próprio Ministério da Fazenda, é composta por pessoas que sempre transitaram muito bem no governo do PSDB. Inclusive algumas são oriundas do governo do PSDB, têm uma postura e uma formação essencialmente conservadoras em termos de gestar política econômica. Uma terceira hipótese é o elevado custo da implementação de um projeto econômico alternativo, que podia não ser visto com bons olhos pelo mercado. Aí o governo acabou optando por tocar a política econômica que os mercados e a comunidade financeira internacional comumente adotam e apostar que os ventos soprem favoravelmente e que as políticas sociais sinalizem as mudanças. Isso é incompatível. Não se pode ter melhoria substancial nos indicadores sociais se não houver condições de fazer uma política monetária e fiscal mais flexível, mais ousada, mais de ruptura.

Adverso - O senhor tem estudos que comprovam uma piora dos indicadores econômicos em 2003, com relação a 2002. Quais as ações do governo responsáveis diretamente por esse quadro negativo?

Ferrari - Alguns indicadores econômicos do final de 2002 foram muito desfavoráveis. Mas eles foram fruto de uma política econômica implementada ao longo do segundo mandato de FHC de uma forma completamente equivocada. É uma política alicerçada em câmbio flexível, superávit fiscal expressivo e juros apertados. Como essa política econômica gerou uma "herança maldita", esperava-se que no governo Lula fosse implementada uma diferente. Mas como houve uma continuação e com uma dose ainda mais excessiva de conservadorismo de natureza fiscal e monetária, quando se compara os números, os de 2003 são piores. Por exemplo, o crescimento econômico em 2002 foi de 1,8%, ano

passado o PIB cresceu 0,2% negativo. A taxa de juros média da economia em 2002, a chamada taxa selic, foi de 19,5% ao ano e em 2003 foi de 23,1%. A taxa de desemprego em 2002, segundo o Dieese, foi da ordem de 20,1% e no ano passado cresceu para 21,8%. Então os indicadores de atividades econômicas que são emprego, PIB e juros, se comportaram pior em 2003 com relação a 2002. Não é à toa que essa política econômica ortodoxa levada a extremos como foi em 2003 resultou em uma queda de popularidade do governo Lula.

Adverso - Existe uma projeção para o final do governo Lula caso ele continue adotando a mesma política econômica? Qual seria?

Ferrari - Acho que se continuar com essa política econômica os resultados não serão muito diferentes do que está se vendo agora. Em 2004 cresce, até porque se tem três anos consecutivos de um crescimento pífio e quando se está crescendo muito timidamente durante um longo período, qualquer crescimento significa um salto de qualidade em relação à base que está ruim. Então esse ano haverá um crescimento, a questão é saber se em 2005 e 2006 ele se sustenta. Acho que não, se continuar com a mesma política fiscal e monetária. Hoje a economia está crescendo principalmente porque as exportações estão sendo dinamizadas. A economia tem crescido só pra fora, o mercado interno ainda não está crescendo, não se está gerando renda e emprego. Os indicadores de comércio varejista e de produção doméstica melhoraram, mas ainda são muito tímidos em relação ao que se esperava. A continuar com a política econômica alicerçada nesse tripé - câmbio flexível, superávit fiscal e meta inflacionária - acho muito pouco provável que se tenha capacidade de aumentar significativamente o PIB *per capita* e que haja conseqüentemente um processo de distribuição e de resgate dos indicadores sociais.

Adverso - O governo sempre argumenta que não há como seguir outro caminho. Afinal, existem outras saídas?

Ferrari - O primeiro é entender que estabilização econômica não é somente controlar preços e que domar o processo inflacionário não pode ser o objetivo final. O controle inflacionário deve ser um instrumento para se ter crescimento e desenvolvimento econômico. O segundo ponto é entender que o mercado não pode ser soberano. O ideal é fazer uma política econômica na qual os agentes a serem beneficiados sejam o mercado, o Estado e a sociedade. Não existe uma política econômica direcionada apenas para um determinado segmento, mas sim para instituições que são importantes na economia capitalista. Para isso é preciso romper definitivamente com essa política econômica que, desde que foi implementada em 1999, trouxe resultados desfavoráveis, como crescimento do PIB pequeno, taxa de desemprego elevada e dívida pública crescente; ter um câmbio que possa ser administrado pelo Banco Central; o controle de capitais; uma política fiscal mais flexível, para que se possa investir em estrutura e resgatar a demanda social e uma polí-



Ferrari: "Não se pode ter melhoria substancial nos indicadores sociais se não houver condições de fazer uma política monetária e fiscal mais ousada"

tica de juros que seja essencialmente voltada para a atividade econômica, que entenda que os juros não devem ser utilizados apenas para controlar preços, mas para verificar os níveis de emprego e de consumo. Um exemplo irrefutável é a China. A China é uma economia autoritária sob o aspecto político, tem controle de capitais, ou seja, os capitais não se movimentam livremente como nos Estados Unidos e tem um câmbio monitorado pelo Banco Central. A China é uma economia que vai de encontro ao que o FMI e a comunidade financeira internacional recomendam, ao mesmo tempo é a que mais recebe capital internacional, que tem reservas cambiais mais robustas e que mais cresceu na última década. A China é o antiparadigma da economia de mercado e ainda assim é a vedete do mercado. Por que? Porque a China oferece uma coisa que o capitalismo quer, que é uma perspectiva de realização de lucro. Então acho que a questão central é articular uma política econômica que perceba as fragilidades da economia brasileira e que sinalize para os investidores perspectivas de lucros. A condição básica para se dar um salto é refutar a política econômica vigente.

Adverso - O Brasil então deveria seguir o exemplo da China?

Ferrari - Há alguns aspectos na economia chinesa que o Brasil deveria levar em consideração, como o controle de capitais, que vem sendo amplamente defendido para países emergentes. O Chile, no início dos anos 90, até 96, 97, adotou o controle de capitais e foi bem sucedido. A Argentina hoje, apesar de estar em processo de renegociação de sua dívida externa, tem metas de superávits fiscais limitadas, ou seja, ela gera um superávit fiscal residual, porque entende que em primeiro lugar precisa propiciar crescimento econômico e atender às demandas sociais. Pensar em uma política econômica alternativa é pensar como é que se cria condições para que o capitalismo brasileiro assegure taxas de retorno para seus investidores e ao mesmo tempo um crescimento contínuo e distributivo.